

# Mulheres negras brasileiras construindo identidades negras positivas: um caminho para a consolidação da cidadania?

**Caroline Fernanda Santos da Silva**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social  
PUC-RJ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
carolfrs@yahoo.com.br*

**Vanessa Santos do Canto**

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação do Departamento de Serviço Social  
PUC-RJ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
nscanto@yahoo.com.br*

---

**RESUMO:** Frente às discussões atuais acerca do racismo e das especificidades de sua manifestação na sociedade brasileira, cada vez mais tem estado em pauta o processo de constituição de organizações coletivas negras, que vêm demonstrando a diversidade de composição e das reivindicações desse grupo populacional. Em conjunto com tais questões, a temática da identidade tem assumido novos contornos nesse início do século XXI, ganhando especial relevância nas análises sociológicas. Entretanto, é importante assinalar que este processo emerge de um contexto em que se constata a desvalorização do papel do Estado, a partir da crise política e econômica decorrentes do processo de globalização financeira que tem no pensamento neoliberal o seu fundamento ideológico. Constata-se que este processo evidencia novos parâmetros de organização social e o surgimento de outros atores na defesa de seus interesses e valores, contexto onde se inscrevem as atuações dos movimentos negros brasileiros contemporâneos para a construção de uma identidade negra pautada em aspectos positivos. A partir de tais questões, o presente trabalho busca analisar a constituição das mulheres negras enquanto sujeitos políticos, especialmente a partir do início de sua organização autônoma no Brasil, datada do início dos anos 80, período em que se questiona a invisibilidade histórica destas enquanto sujeitos participantes de um processo de libertação política e social, bem como, a partir da constatação de que os movimentos sociais tradicionais não conseguem responder às demandas específicas decorrentes da posição de subalternidade historicamente ocupada na sociedade brasileira. Assim, compreende-se que esta abordagem é importante para ampliar o debate sobre as relações estabelecidas entre Estado e sociedade, visto que é a partir da promulgação da Constituição da República de 1988, que as relações de gênero e as questões étnicas ganham relevância oficial para um Estado que pretende se constituir democrático e de direito.

**PALAVRAS-CHAVE:** mulheres negras; sujeitos políticos; identidades negras positivas.

## **BRAZILIAN BLACK WOMEN BUILDING POSITIVE BLACK IDENTITIES: A WAY TO THE CONSOLIDATION OF CITIZENSHIP ?**

**ABSTRACT:** Facing the current discussions about racism and the specific nature of their expressions in Brazilian society, increasingly staff has been in the process of achieving collective black organizations, which have demonstrated the diversity of composition and the demands of this population group. Together with such issues, the theme of identity has taken on new contours beginning of this century, gaining special importance in sociological analysis. However, it is important to note that this process emerges from a context where there is a devaluation of the role of the state, from the political and economic crisis arising out of the process of financial globalization that has neo-liberal thinking in his ideological persuasion. It appears that this process reveals new parameters of social organization and the emergence of other actors in defense of their interests and values, where the fall the actions of movements Brazilian contemporaries Negroes for the construction of a black identity based on positive aspects. From these questions, this paper seeks to analyze the formation of black women as political subjects, especially from the beginning of their autonomous organization in Brazil, dated to early 80s, a period in which he questions the invisibility of these as historical subjects participating in a process of political and social liberation, as well as from the fact that the traditional social movements fail to meet the specific demands arising from the position of inferiority historically occupied in Brazilian society. Thus, it is understood that this approach is important to broaden the debate on the relationship between state and society, which is seen from the promulgation of the Constitution of the Republic of 1988, that relations of gender and ethnic issues gain relevance for official a rule that if you want to be democratic and law.

**KEYWORDS:** black women; political subjects; positive black identities.

## 1. Introdução

As discussões acerca do racismo, na atualidade, vêm cada vez mais demonstrando sua expressão mundial, sendo diversas populações espalhadas pelo mundo vitimadas por esse “mau da humanidade”. Da mesma forma, há também discussões que apontam para as especificidades com que se desenvolve o fenômeno nas diferentes partes do mundo e no que se refere à população negra espalhada pela Diáspora Africana, os casos comumente lembrados são os de segregação aberta e institucionalmente declarada vivenciados pelos Estados Unidos da América e pela África do Sul, por exemplo.

No Brasil, o racismo permanece sendo um tema atualíssimo, principalmente face às renovadas formas de manifestação que tem atingido e às, também renovadas, formas de enfrentamento a ele, elaboradas através da organização coletiva da população negra. Isso demonstra a diversidade de composição desse grupo populacional, que traz uma enorme pauta de reivindicações, buscando desfazer o mito da democracia racial<sup>1</sup> e de que “os negros são todos iguais”. Essas reivindicações vêm sendo elaboradas a partir da vivência cotidiana da população negra com as barreiras impostas pelo racismo à brasileira<sup>2</sup>.

Além disso, as transformações pelas quais passam a sociedade não fogem à análise de diversos autores contemporâneos, preocupados que estão em traçar tendências de uma (con)vivência possível para o futuro. Para fins desse estudo, nos aproximamos das reflexões de Manuel Castells (1999) que examina as formas como as novas tecnologias de informação e comunicação interferem nas estruturas sociais, especialmente a partir do papel ocupado por elas no processo de reestruturação do capitalismo, que ao assumir a fase informacional, caracteriza a sociedade em redes.

---

<sup>1</sup> Para melhor apreensão do mito da democracia racial sugerimos a leitura do clássico de Gilberto Freyre (1973).

<sup>2</sup> Neste sentido, ver o texto de Andreas Hofbauer (2003) que trata do debate suscitado a partir da implantação de Políticas de Ação Afirmativa e discute as diferentes abordagens sociológicas que tratam do tema.

À luz da teoria da Era da Informação Castells (1999) analisa, especialmente em “*O Poder da Identidade*”, duas grandes tendências conflitantes que moldam a sociedade do século XXI: a globalização e a identidade, ressaltando o surgimento de uma onda de identidade coletiva pautada na singularidade cultural, que desafia a tendência homogeneizadora imposta pela globalização. Sua análise fundamenta-se nas interações entre a globalização, o poder da identidade e as instituições do Estado. Essas últimas, ao perderem o papel de entidades soberanas, presenciam a emergência de outros atores que surgem para defender seus interesses e valores: vive-se um processo de construção de identidades autônomas.

Frente a essa tendência homogeneizadora difundida pela globalização, a afirmação de identidades vem demarcando espaços de resistência (LARKIN NASCIMENTO, 2003) e construindo novos comportamentos e instituições. Nesse processo, segundo Castells (1999), cabe aos movimentos sociais fornecer novos códigos nos quais as sociedades possam ser pensadas. Dessa forma, assim como a identidade ganha espaço enquanto categoria de análise sociológica, as discussões acerca da construção de identidades negras pautadas em aspectos positivos no Brasil têm sido constantemente repensadas pelos agentes dos movimentos negros contemporâneos, sendo o principal objeto desse estudo.

Tendo em vista a ampla diversidade de atores que se mobiliza em torno de tais movimentos sociais, ocasionando sua constituição enquanto novos sujeitos políticos, buscaremos enfatizar a forma pela qual este processo foi vivenciado pelas mulheres negras brasileiras, especialmente a partir da década de 1980. Cabe ressaltar, contudo, que o presente estudo se constitui enquanto um ensaio acerca das questões por hora abordadas, pretendendo, dessa forma, levantar bem mais questionamentos do que aspectos conclusivos à temática.

## 2. Novos Sujeitos Políticos: Mulheres Negras Brasileiras

Uma vez que trabalharemos com a categoria *negro* acreditamos válida uma elucidação inicial acerca da utilização que fazemos aqui do termo, já que há na sociedade brasileira uma certa imprecisão acerca de tal denominação. Mesmo no campo intelectual, há uma série de posicionamentos distintos a respeito, evidenciando a falta de consenso que envolve o tema também nessa esfera. Dentre eles, dois serão aqui destacados, por considerarmos que expressam parte considerável desses posicionamentos<sup>3</sup>.

Larkin Nascimento (2003) utiliza os termos afro descendente ou afro brasileiro, pois considera que ambos preservam referências históricas e culturais da origem africana e ainda “indicam os laços de identidade entre os descendentes de africanos em todo o mundo” (2003, p. 27). Embora não discordemos de tal definição, visto que evidencia aspectos que remetem a particularidades desse grupo social, preferimos nos filiar a Piza e Rosemberg (2002), que ao discutirem a aplicação da terminologia negro no Brasil, sinalizam que ela compreende vários significados, dependendo de quem a emprega.

Assim, destacam uma abordagem corrente nos movimentos negros, que o tem empregado dos seguintes modos:

“... para definir a população brasileira composta de descendentes de africanos (pretos e pardos); para designar esta mesma população como aquela que possui traços culturais capazes de identificar (...) os que descendem de um grupo cultural diferenciado e coeso, tanto quanto, por exemplo, os amarelos; para reportar a condição de minoria política desta população” (PIZA E ROSEMBERG, 2002, p. 109).

Dessa forma, optamos pela utilização do termo *negro*, sendo que sempre se relacionará àqueles que se auto identificam como pretos e pardos, por entendermos que o termo sofreu uma re-significação em sua aplicação no contexto social brasileiro, pela ação dos movimentos negros organizados.

---

<sup>3</sup> Contudo, remetemos à leitura de Costa (2002), Bernardino (2002) e Munanga (2004b).

Compreendemos, a partir de tal definição, que se torna evidente uma concepção abrangente do termo, que inclui a dimensão cultural e política da existência dos negros no Brasil.

Acreditamos que não fuja dessa discussão a compreensão acerca da aplicação da terminologia *raça*. Já não restam dúvidas entre os estudiosos de que *raças*, em sua acepção biológica, não existem. Há, entretanto, várias explicações históricas e científicas em torno do que motivou sua aplicação entre seres humanos, a partir de meados dos séculos XVII e XVIII <sup>4</sup>.

Grande parte dos autores contemporâneos, aos quais nos filiamos declaram que o conceito de *raça*, embora não se sustente mais sob sua perspectiva biológica<sup>5</sup>, hoje se inscreve enquanto fenômeno carregado de ideologia, como construto social e histórico. Está presente no imaginário social e pauta-se em “*raças fictícias*” (MUNANGA, apud GUIMARÃES, 2006) construídas a partir de diferenças no fenótipo, como o tom da pele, a textura do cabelo, dentre outros, sendo responsável pela manutenção contemporânea do racismo.

Ao adentrarmos na questão relativa à ação de mulheres negras brasileiras enquanto sujeitos políticos, acreditamos que se faz necessária, inicialmente, uma alusão a alguns elementos do discurso feminista e do pensamento de Lélia Gonzalez, uma das pioneiras na mobilização em prol das questões relativas às mulheres negras no Brasil. Sua atuação contribuiu para com o processo de ruptura do movimento de mulheres negras com o movimento feminista tradicional e também para sua constituição autônoma no Brasil.

O discurso feminista brasileiro dos anos 80 do século XX foi marcado pelo ideal de sororidade ou irmandade enquanto categoria que remetia a uma unidade das mulheres pautada em última instância no mito da maternidade ( COSTA, 2002). Contudo, sofre críticas no debate acadêmico internacional porque não é

---

<sup>4</sup> Segundo Borges (2002), François Bernier foi um dos primeiros a publicizar a idéia de adoção de características somáticas como a cor da pele para dividir os seres humanos em *raças*, em artigo publicado no *Journal des Savantes*, em 1684. Nessa classificação utilizava abertamente termos depreciativos para classificar asiáticos, negros e japoneses. Suas idéias tiveram continuação no Século XVIII através de naturalistas e filósofos como Lineu, Buffon, Herder, Kant, entre outros.

<sup>5</sup> Os atuais estudos a respeito desse campo concluem que *raça* não é uma realidade biológica. (GUIMARÃES, 2006).

capaz de apreender as desigualdades de raça/etnia, classe e geração existentes entre as mulheres. Ou seja, contribui para a invisibilidade de mulheres às quais historicamente foi atribuída uma posição de subalternidade na sociedade brasileira, principalmente as mulheres negras.

Assim, a partir da construção teórica de militantes e intelectuais negras, notadamente a partir dos anos 70 e com mais intensidade nos anos 80, no momento político em que ocorre uma resistência almejando o fim da ditadura militar pós-64, é que se delineia uma ruptura com este ideal. Nesse momento tem início a organização autônoma do movimento de mulheres negras brasileiras, pois se considera que o movimento feminista tradicional está impregnado pelo mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento.

Neste processo, muito importante é a contribuição de Lélia Gonzalez, visto que, partindo da descoberta e resgate de sua identidade, enquanto mulher e negra contribui enquanto intelectual para levar a que estão das desigualdades raciais e da luta anti-racismo para o debate acadêmico brasileiro através de uma perspectiva de gênero. Ao pontuar as opressões de raça e de sexo que transpõem a dimensão de classe, Lélia afirma que a mulher negra é duplamente discriminada na sociedade, pois segundo Barreto:

“Uma das características inovadoras da produção de Lélia no contexto das análises das relações raciais no Brasil foi o acréscimo da dimensão de gênero para um entendimento mais amplo da sua dinâmica, acrescentando-se ainda a sua orientação pelos conceitos da Psicanálise.

Outro ponto que destacamos em suas contribuições foi diferencial qualitativo que também trouxe à militância do movimento negro brasileiro e do movimento de mulheres, no que diz respeito à discussão de mulheres negras brasileiras” (2005, p. 37).

Esse debate assume novos contornos com a promulgação da Constituição Federal de 1988, momento em que se gesta no Estado brasileiro, ainda que tardiamente, a intenção de uma concepção voltada à centralidade das necessidades sociais (TELLES, 2001). Nesse contexto, a partir da incorporação de novas garantias ao texto constitucional emergem na cena social novos sujeitos de direitos.

Ao refletir sobre as modificações sociais ocasionadas a partir da promulgação do novo texto constitucional, Telles (2001) sinaliza que ele demonstra o quanto a sociedade brasileira quer se modernizar. Esse desejo de modernização contribui para uma nova configuração social, especialmente através de uma dinâmica associativa que faz surgir novos atores e identidades, criando também novas formas de organização e de representação coletiva.

Com isso, sujeitos que antes ficavam à margem das esferas de tomada de decisão passam a se mobilizar e organizar em torno de questões que lhes dizem respeito, transformando-se em sujeitos políticos (TELLES, 2001) e inscrevendo-se como cidadãos que exigem direitos. Esse processo foi vivenciado pelas mulheres negras brasileiras, que embora tenham se constituído enquanto agentes históricos de resistência<sup>6</sup>, somente tiveram sua representatividade política reconhecida a partir da visibilidade conferida por sua militância na década de 1980.

Nesse momento, a partir da possibilidade deflagrada com a redemocratização do Estado brasileiro e de sua inserção em diversos movimentos sociais, surgem as primeiras organizações femininas negras autônomas no Brasil. Assim como o movimento feminista se viu desafiado pela emergência de tal organização, conforme sinalizamos acima, o movimento negro também vivenciou tal processo, uma vez que a percepção do racismo como forma de dominação ideológica, não assegurou a identificação de que em seu próprio interior também se propagavam mecanismos de dominação (SANTOS, 2006).

Dessa forma, a constituição das mulheres negras enquanto sujeitos políticos está diretamente vinculada à emergência de sua emancipação à condição de sujeito dotado de poder, processo no qual a organização coletiva ocupa papel fundamental.

---

<sup>6</sup> “A resistência da mulher escravizada é tão antiga quanto a de seus companheiros, podendo ser recuperada desde África (...). Chegando ao ‘novo mundo’ (...) a resistência da mulher negra continuou, seja quando tentava amenizar a vida enquanto escrava (...); quando procurava saídas para sua condição (...); ou então quando negava-se a qualquer negociação, matando ou morrendo” (MOTT, 1988, p. 29).



### 3. A Construção de Identidades Negras Positivas para a Consolidação da Cidadania

Os movimentos negros contemporâneos enfatizam a importância da construção de uma identidade negra positiva enquanto caminho para a conquista da plena cidadania (MUNANGA, 2004). No que tange à construção de sua identidade, vislumbram-se diversos processos construídos historicamente que contribuíram para a atribuição de um caráter negativo às representações sociais da população negra, pautando-se principalmente na ideologia do branqueamento<sup>7</sup>.

Na atualidade, a temática da identidade tem merecido diversas abordagens, ganhando novos contornos com a globalização e assumindo considerável importância frente à tendência de dissolução de identidades compartilhadas. Larkin Nascimento (2003) sinaliza que, mesmo sob novas perspectivas, o desafio dos povos colonizados frente à hegemonia ocidental e do feminismo frente aos padrões do patriarcalismo tem sido a construção de novas identidades pautadas em aspectos positivos.

Dessa forma, a questão da identidade é essencial na medida em que a ordem dominante não reconhece a diferença ou não lhe atribui importância, o que é nitidamente vislumbrado com relação à população negra brasileira. Frente a esse quadro, segundo Munanga (2004), os movimentos negros brasileiros contemporâneos têm desenvolvido uma versão liberal e democrática do pluriculturalismo e substituíram o anti-racismo universalista pelo diferencialista<sup>8</sup> e

---

<sup>7</sup> Esta ideologia foi forjada pelas elites intelectuais brancas em meados do século XIX e início do século XX (CARONE, 2002 e MUNANGA, 2004), sendo inculcada através de mecanismos psicológicos e permanecendo intacta no inconsciente coletivo brasileiro, embora o branqueamento físico da sociedade tenha fracassado, visto que não se eliminou a presença negra no país (MUNANGA, 2004). Neste sentido, vide, ainda, Hofbauer (2003).

<sup>8</sup> A respeito do assunto, Munanga (2004a), sinaliza que se desenvolveu no Brasil um modelo racista *universalista*, diferente do modelo racista *diferencialista*, desenvolvido nos EUA e na África do Sul, por exemplo. Desses dois modelos de racismo, decorrem também dois modelos de anti-racismos que pautam as práticas dos movimentos negros contemporâneos. O primeiro, segundo o autor, se caracteriza por buscar assimilar e negar as diferenças culturais, prezando a integração na sociedade nacional, contribuindo para a desconstrução da identidade étnica; já o segundo defende

se esforçam para redefinir o negro e suscitar o desenvolvimento de uma consciência política e identidade racial mobilizado ra.

Nesse sentido, Larkin Nascimento (2003) aproxima-se da compreensão de Castells (1999) acerca das categorias de identidade (legitimadora, resistência e de projeto) e a partir disso, sinaliza que a militância dos movimentos sociais cria, em processos de evolução constante, novos parâmetros de identidade. Dessa forma, tem especial relevância a expansão do horizonte multicultural, visto que contribui para uma transformação que legitima a busca da construção de uma identidade negra positiva como direito de cidadania (LARKIN NASCIMENTO, 2003).

Assim, a partir da lição de Telles (2001) compreende-se a cidadania como um horizonte igualitário de fato, que preza pelo respeito à diversidade e, dessa forma, modifica o quadro social brasileiro. Na medida em que os direitos inscritos no texto constitucional não se concretizam, a população negra que está imersa no âmbito da não cidadania necessita construir uma identidade a partir da qual possa se reconhecer a partir de novos parâmetros, que valorizem seu pertencimento racial, para, a partir daí, reivindicar seus direitos.

Para alcançar essa meta, é necessária a recuperação física e cultural da negritude, bem como a tomada de consciência política, vislumbrada a partir do convívio em organizações coletivas que estimulem um resgate individual e coletivo, reorganizando, no caso do movimento de mulheres negras, a percepção sobre o que é ser mulher negra na sociedade brasileira. Nesse processo, segundo Ribeiro 1999 apud Rodrigues, 2006, destaca-se a importância do grupo de pertença, como local que possibilita a re-significação das imagens hegemônicas sobre as mulheres negras e o estabelecimento de alianças e unidades que favorecem as realizações de ações comuns.

---

a absolutização das diferenças, defendendo a coexistência de sociedades e culturas diferentes no mesmo espaço geopolítico e em pé de igualdade de direitos.

#### **4. Considerações Finais**

Diante do exposto, a reflexão sobre o contexto social de constituição e desenvolvimento da cidadania no Brasil, especialmente em suas interfaces com relação às mulheres negras, evidencia a importância da vinculação entre raça, gênero e identidade como fenômenos historicamente determinados para um entendimento mais aprofundado. Sem dúvidas, a partir das contribuições dos autores trabalhados, compreende-se que a constituição das mulheres negras enquanto sujeitos políticos está diretamente vinculada à emergência de sua emancipação à condição de sujeito dotado de poder.

Ressalta-se ainda, a necessidade crescente da construção de um novo imaginário a respeito da mulher negra, vinculado à superação da falta de poder inscrito em suas relações, pertencente que é de um grupo historicamente marginalizado. A partir de um processo de introspecção que deflagra a tomada de consciência enquanto mulher negra é adotada uma posição de combatividade (SILVA, 2007), criticando as atuais configurações das relações sociais e propondo-se a transformá-las, principalmente através da atuação política.

Contribui para esse processo a concepção de que as mulheres negras são as fontes mais genuínas de conhecimento sobre elas mesmas, necessitando que os estudos sobre a temática adotem seu ponto de vista como principal fonte de análise. Da mesma forma, sua atuação no enfrentamento ao racismo e na construção de identidades negras positivas está ainda por ser desvelada, uma vez que é ainda necessário que outros estudos se debrucem sobre a temática abordada no presente trabalho, enriquecendo e ampliando esse campo do conhecimento.

## REFERÊNCIAS:

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça**: narrativas de libertação em Ângela Davis e Lélia Gonzalez. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BERNARDINO, Joaze. A ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, nº 2, 2002, p. 247-273.

BORGES, Edson; MEDEIROS, Carlos Alberto; D'ADESKY, Jacques. **Racismo, preconceito e intolerância**. São Paulo: Atual, 2002.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em Movimento. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo; n. 17, 2003.

\_\_\_\_\_. A batalha de Durban. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis; v.10 n.1, jan. 2002.

CARONE, Iracy; BENTO, Maria Aparecida da Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo**: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade, a era da informação**: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 2.

COSTA, Sérgio. A construção sociológica de raça no Brasil. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, ano 24, n. 1, 2002, p. 33-61.

COSTA, Sueli Gomes. Proteção social, maternidade transferida e lutas pela saúde reprodutiva. **Estudos feministas**, n. 2, 2002, p. 301-323.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 16. ed, Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

GUIMARÃES, R. Considerações sobre um passado recente: o racismo no Brasil. **Revista Debates Sociais**, v. 10, n. 15, jan., 2006. p. 28-44.

HOFBAUER, Andreas. O conceito de "raça" e o ideário do "branqueamento" no século XIX: bases ideológicas do racismo brasileiro. **Teoria e Pesquisa**, nº 42 e 43, jan.-jul., 2003, p. 63-110.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O Sortilégio da Cor**: identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Summus, 2003.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência**: a mulher na luta contra a escravidão. São Paulo: Contexto, 1988.

MUNANGA, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. **Estudos Avançados**, vol. 18, n. 50, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v18n50/a05v1850.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2008.

\_\_\_\_\_. Teorias sobre o racismo. In: HASENBALG, Carlos Alfredo.; MUNANGA, Kabengele.; SCHWARCZ, Lília Moritz (orgs.). **Estudos e Pesquisas**. Racismo: Perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Niterói, RJ: EdUFF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional *versus* identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RIBEIRO, Matilde. O feminismo em novas rotas e visões. Seção Debates: traduções do pós-feminismo. **Revista Estudos Feministas**, v.14 n.3. Florianópolis set.-dez. 2006.

RODRIGUES, Ricardo Santos. **Identidade negra em terreiros de candomblé em Belo Horizonte**: um estudo psicossocial a partir do discurso de lideranças religiosas. Belo Horizonte, 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia)– Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais.

SANTOS, Regina Coeli Benedito dos. **Raça, sexualidade e política**: um estudo da constituição de organizações lésbicas negras no Rio de Janeiro. Niterói, 2006. Dissertação (Mestrado em Política Social)–Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense.

SILVA, Caroline Fernanda Santos da. Violência e cidadania: aspectos relacionados às mulheres negras. **Em Debate**, n. 6, 2007. Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br)>. Acesso em: 06/03/08.

TELLES, Vera. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.